

**NEGRITUDE E UNIVERSIDADE: EVIDENCIANDO
QUESTÕES RELACIONADAS AO INGRESSO
E AOS PROJETOS CURRICULARES.
IOLANDA OLIVEIRA (ORGANIZADORA), 2015**

JOSELINA DA SILVA¹

Aí, andando pelo centro do RJ, eu avistei, à distância, uma bela mulher negra, de pele luzidia, usando uma imponente roupa africana e garbosamente portando seus cabelos naturais, a caminhar, em plena década de setenta. Eu pensei: “Meu Deus! Quanta altivez”. Mais tarde, soube tratar-se de uma professora universitária, [de uma] universidade federal, em Niterói.

Estas são palavras de um dos ativistas líderes do movimento negro carioca, usualmente repetidas num tom solene e reverencial quando se refere à organizadora do livro *Negritude e universidade: evidenciando questões relacionadas ao ingresso e aos projetos curriculares*. Tal citação, livremente reproduzida aqui, dá-nos a dimensão da longevidade de sua atuação, em que reflexão acadêmica e produção intelectual andavam (e ainda o fazem) de mãos dadas com uma estética que reporta a uma identidade africana

1 Possui doutorado (2005) em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Foi aluna do curso intensivo Interrogating the African Diáspora – Flórida International University (2004). É uma das redatoras dos verbetes relacionados à raça, ao racismo e ao movimento negro na Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe (2006). Foi membro do conselho consultivo e da equipe de redação de textos da Enciclopédia Mulheres Negras do Brasil (2007). Foi a segunda vice-secretária da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN 2006-2008). Coordena o NBLAC (Núcleo Brasileiro, Latino Americano e Caribenho de Estudos em Relações Raciais, Gênero e Movimentos Sociais). Foi Bolsista de Produtividade em Pesquisa (BPI) pela FUNCAP. Foi Coordenadora Geral do Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra/CNIRC, Fundação Cultural Palmares (2014). Atualmente, orienta mestrado e doutorado no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC). É professora associada da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Atua principalmente nos seguintes temas: relações raciais, mulheres negras e violência contra a mulher, movimento social negro e anti-racismo.

A década de setenta marca um dos momentos inauguradores, no Brasil, da constituição do corpo como bandeira e afirmação identitária por parte dos movimentos sociais negros. A negritude, em performance inspirada nos movimentos brasileiros dos anos trinta, em São Paulo, tomou a rua nas diversas capitais do país. Eram os movimentos *Black Soul* e os blocos afros. Os primeiros, aludiam diretamente aos afro estadunidenses; os segundos, por sua vez, cunhados por uma juventude cultural afro-baiana, instituíam uma moda capilar advinda dos trançados de diferentes países do continente africano, somados aos *dreadlocks* jamaicanos rematados com as roupas trajadas pelos orixás do panteão yorubá, das casas de culto ancestral. Nessa ambiência é que se destaca o protagonismo da intelectual que organiza o livro *Negritude e universidade*.

O trabalho de Sales Augusto (2007)² conceitua a categoria “intelectuais negros” como os afrodescendentes cuja formação acadêmica é fortemente influenciada por uma epistemologia cunhada pelos movimentos sociais negros. A organizadora do livro que tratamos pode ser apropriadamente inserida nesta categoria. Paralelamente, o conceito de *Negritud*, criado na Paris dos anos trinta, com os então estudantes africanos em França – liderados por Senghor, Césaire e Dumas, entre outros – pode ser invocado no título de *Negritude e universidade*.

Este se trata de uma coletânea de textos coordenada por Iolanda Oliveira, cuja biografia na luta acadêmica anti-racista já avaliza a obra. Composto por sete textos e por um robusto prefácio assinado pela organizadora, o livro traz reflexões acerca de diversos projetos realizados na Universidade Federal Fluminense (UFF), na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e na Universidade Federal da Bahia (UFBA), além de um último capítulo que trata de identidade juvenil afrobrasileira.

O primeiro texto, sobre a UFF, dedica-se a observar o período de 2004 a 2012 e o impacto sobre os candidatos negros nos cursos de graduação. A análise ocorreu através do banco de dados da referida universidade. Em tal intervalo de tempo, dois fatos, em âmbito federal, influenciaram diretamente as estatísticas analisadas: em 2004, o censo étnico-racial realizado na UFF e, em 2012, a histórica decisão do STF sobre cotas étnico-raciais. A temporalidade estabelecida deveu-se por ser 2004 o ano inaugural da coleta de dados sobre cor na UFF. O texto aponta que, apesar da Lei nº 12.711/2012, o percentual de negros ingressantes segue numa significativa defasagem quando comparado ao de brancos.

2 SANTOS, Sales Augusto dos. Movimentos negros, educação e ações afirmativas. 554 f. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia)-Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

O segundo artigo da tríade sobre a UFF refere-se aos currículos dos cursos de licenciatura, bem como ao curso de Pedagogia. Objetivou-se, nele, analisar a presença ou não das reflexões sobre as questões raciais negras nos currículos e, por conseguinte, a influência destas na formação dos discentes do *campus* Niterói nos anos de 2012 e 2013. Prioritariamente, foram avaliados os fluxogramas e as ementas das disciplinas obrigatórias. O texto aponta uma resistência, por parte de alguns docentes, em inserir essas discussões em sala de aula, ressalta a excepcionalidade em apenas dois professores de didática. Por outro lado, cursos como Enfermagem – com a disciplina Saúde da População Negra – e Psicologia – com Sociedade Brasileira e África: subjetivação e afro descendentes – da referida universidade marcam um diferencial, se comparados com outras instituições de educação superior (IES). As autoras aprofundam que a criação do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira (PENESB) – estabelecido pela coordenadora do livro e sua equipe – propiciou uma ambiência mais receptiva para a inclusão de diversas disciplinas referentes aos afrodescendentes e à África em vários cursos, com destaque para o de Pedagogia. Elas chamam atenção também para o curso de Matemática, que faz a correlação entre história da África e matemática na disciplina assim denominada, História da África e Matemática.

Finalizando os textos que estudam a UFF, temos o que relaciona a cor dos candidatos e a política de interiorização (ou expansão) da referida IES mediante a política do REUNI. Neste caso, baseando-nos na informação da autora, a universidade, em 2008, passou de quatro para dez *campi* em municípios do Estado do Rio de Janeiro.

O capítulo referente à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro debruça-se sobre o *campus* Nova Iguaçu. A autora traça uma apresentação histórica a respeito da criação do curso de Pedagogia do Instituto Multidisciplinar, apresenta as divisões curriculares e como seu projeto pedagógico foi elaborado. Este, de acordo com o texto, foi baseado em um anterior, pertencente ao Instituto de Educação do *campus* de Seropédica (RJ). As disciplinas são analisadas individualmente, a partir de suas respectivas ementas.

A coordenadora do curso à época da pesquisa também foi entrevistada e deixou claro que o curso estava em fase de atendimento às exigências, no tocante ao atendimento aos rigores da lei que trata da educação para as relações étnico-raciais. Este quadro configura-se mediante o fato da temática apenas perpassar algumas disciplinas. Por conseguinte, não se constitui como estruturante na formação dos discentes.

Por outro lado, o texto relata a presença de duas disciplinas obrigatórias no curso de Pedagogia do Instituto Multidisciplinar, ambas ministradas no oitavo período: uma referente à população negra e outra à indígena. Ficamos, no entanto, com algumas lacunas ao longo do texto, uma vez que não se situa o período em que a pesquisa foi realizada. Fica também ao leitor a dúvida sobre qual foi a metodologia empregada para a obtenção dos dados.

Parte significativa das reflexões publicadas sobre cotas raciais ou ações afirmativas no Brasil deixa de recortar os dados e informações por gênero. Por conseguinte, os dados sobre as mulheres negras beneficiadas ou não pelas políticas afirmativas – sejam elas no âmbito de cada universidade ou no quadro nacional – ficam subsumidas nos estudos e nas análises. Grande protagonismo neste caminho vem sendo trilhado por uma das autoras, a do texto que trata da política de cotas no ensino superior, que apresenta um olhar voltado especificamente para as mulheres negras. A necessidade de análise desagregada por gênero é explicada, no artigo, uma vez que mulheres e homens ocupam lugares hierarquicamente diferenciados na dinâmica social.

Tratando da Universidade Federal da Bahia, o texto volta-se ao acesso à universidade feito por mulheres negras. Através das elaborações das autoras, somos informados de que a política de cotas abriu as portas dos chamados cursos de prestígio social aos estudantes negros, antes alijados de seus quadros. Já nos primeiros anos – 2004 e 2005 –, pode ser percebida uma ampliação de 13% da população de estudantes negros na UFBA. Assim, o texto dedica-se a analisar a situação das alunas negras naqueles cursos. Tal como um dos textos sobre a UFF integrante da coletânea, os instrumentos analisados foram os formulários preenchidos quando da candidatura ao vestibular. Posteriormente, entrevistas com alunas complementaram o estudo, no sentido de entender suas trajetórias pessoais e suas escolhas profissionais. Quatorze estudantes que participaram da pesquisa eram provenientes dos cursos de Medicina, Odontologia, Engenharia Civil, Engenharia Mecânica, Psicologia, Comunicação/Jornalismo. À uma rede de sustentação familiar, bem como à própria política de reserva de vagas – embora com críticas a esta – foram creditadas, pelas alunas inquiridas, as possibilidades de ingresso e de permanência na universidade.

Dos sete artigos integrantes do livro *Negritude e universidade*, um dedica-se a analisar os documentos normativos das políticas de reservas de vagas em três diferentes universidades públicas de dois estados (Rio de Janeiro e Bahia) e mais o Distrito Federal. O artigo tece considerações sobre as razões deflagradoras da

adoção de políticas inicialmente sociais e, no ano seguinte, as raciais (na UERJ) e as sócio-raciais (na UNEB). A razão da adoção, na Universidade de Brasília (UnB), repousa num fato específico de discriminação racial contra um aluno da pós-graduação. O artigo considera também os inúmeros mandatos de segurança contra as reservas de vagas, impetradas em diferentes instâncias. Nele, analisase concomitantemente o impacto da Lei Federal nº 12.711/2012 sobre as três IES que já haviam adotado algum tipo de ação afirmativa. O texto conclui ter ocorrido um recuo no percentual adotado para atender aos estudantes negros quando da implementação do novo dispositivo legal.

Diferentemente dos artigos que o antecedem – que se preocuparam com as ações afirmativas ou com o ensino das questões étnico raciais nos currículos –, o estudo que encerra a coletânea dedica-se ao âmbito do que se convencionou chamar de africanidades. Ou seja, o *quantum* cultural afro brasileiro e sua presença na vida cotidiana, incluindo na educação. Refere-se, neste caso, ao histórico de uma metodologia de estímulo à construção de uma identidade afrocentrada, em jovens negros, intitulada Pedagogia Griô, que, em síntese, propõe a reconstrução da pessoa que a ela é exposta. São relatadas experiências vivenciadas por um grupo de jovens em Coelho Neto, no Rio de Janeiro.

Assim sendo, no momento em que diversos artifícios legais de garantias de direitos estão ameaçados, esta obra, pelo seu recorte histórico e pelo escopo amplamente coberto pela mesma, transforma-se numa primordial referência para atuais e futuras gerações de estudantes e pesquisadores e para sociedade em geral.

Submissão em: 14/06/2016.

Aprovação em: 15/07/2016.

